

Critérios de Classificação

U.11. A intervenção do Estado na Economia

Exercícios de Exames Nacionais – Itens de Construção

1.	<p>Na resposta, é explicitado o sentido do texto, referindo, nomeadamente, os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none">– no atual quadro de funcionamento da economia portuguesa, a política social deverá ter como:<ul style="list-style-type: none">• objetivos: garantir o emprego e a equidade social;• prioridades: assegurar aos cidadãos um nível de instrução e de formação profissional que lhes permita uma melhor inserção e progressão nas respetivas carreiras profissionais.– o Estado poderá atenuar as desigualdades na repartição dos rendimentos, atuando:<ul style="list-style-type: none">• do lado das despesas públicas, sobretudo para combater situações de pobreza, aumentando as despesas de natureza social, por exemplo, fornecendo bens e serviços coletivos gratuitamente ou a preços inferiores aos do mercado, ou aumentando as transferências sociais para os grupos mais desfavorecidos (concessão de abonos, subsídios, etc.);• do lado das receitas públicas, utilizando a política fiscal, estabelecendo, por exemplo, a progressividade dos impostos diretos.
2.	<p>A resposta explica o papel do Estado na redistribuição do rendimento, referindo, nomeadamente, que:</p> <ul style="list-style-type: none">• a intervenção do Estado nesta área tem como objetivo corrigir desigualdades resultantes da repartição operada pelo mercado (repartição primária);• através da aplicação de impostos diretos progressivos, o Estado efetua uma forma de correção das desigualdades verificadas;• através de transferências internas (por exemplo, das prestações sociais pagas às Famílias), o Estado efetua uma outra forma de correção das desigualdades.

3.	<p>A resposta explicita o sentido do último parágrafo do texto, referindo, nomeadamente, três dos seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a distribuição dos rendimentos que resulta da ação do mercado é frequentemente caracterizada por um elevado grau de desigualdade; • o aumento do desemprego faz crescer um grupo vulnerável no interior da população, contribuindo para aumentar as desigualdades existentes na distribuição dos rendimentos; • cabe ao Estado adotar políticas sociais, de modo a promover uma maior equidade na distribuição dos rendimentos, tendo em vista uma maior coesão social; • para promover uma maior equidade social, o Estado pode implementar políticas sociais de redistribuição dos rendimentos e de apoio aos desempregados (como políticas ativas de emprego e de requalificação profissional).
4.	<p>A resposta apresenta três dos aspetos que se seguem, ou outros considerados relevantes, para evidenciar a importância do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social, em geral:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o Estado utiliza tanto as suas receitas como as suas despesas para prosseguir os seus objetivos económicos e sociais; • do lado das receitas, o Estado pode alterar a distribuição do rendimento (através dos impostos e das contribuições sociais); • ainda do lado das receitas, o Estado pode orientar a atividade produtiva através dos impostos (política fiscal); • do lado das despesas, o Estado pode (em certas circunstâncias) tentar dinamizar a economia através do consumo público, do investimento público e/ou de subsídios à produção; • ainda do lado das despesas, o Estado pode efetuar transferências sociais para as famílias mais carenciadas.
5.	<p>Na resposta são classificados como indiretos dois dos seguintes impostos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Imposto sobre o Tabaco; • Imposto sobre o Valor Acrescentado; • Imposto sobre os Produtos Petrolíferos.
6.	<p>Na resposta é justificada a necessidade de intervenção do Estado, nas esferas económica e social, de forma a alcançar uma maior equidade, sendo referidos, entre outros, os seguintes aspetos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a repartição do rendimento efetuada pelo mercado «pode não ser justa», gerando desigualdades económicas e sociais; • com vista a garantir o acesso a níveis de bem-estar considerados desejáveis, sobretudo aos cidadãos mais carenciados, o Estado pode efetuar uma redistribuição do rendimento.

	<p>Na resposta é explicado o papel do Estado na redistribuição do rendimento, em geral, sendo referidos, de forma correta, três dos seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • através da ação redistributiva, o Estado pretende minimizar as desigualdades existentes na repartição pessoal do rendimento, geradas na repartição efetuada pelo mercado; • através da aplicação de impostos (Política Fiscal) com taxas progressivas, o Estado pode atuar no sentido de atenuar desigualdades na repartição do rendimento; • ao efetuar transferências (Política Social), em especial para os mais carenciados, o Estado pretende atenuar as desigualdades na repartição do rendimento; • através da aplicação de impostos indiretos sobre certos consumos, com taxas diferenciadas, ou da atribuição de subsídios à produção de alguns bens, o Estado pode beneficiar as camadas da população mais desfavorecidas (ou penalizar as camadas da população com maiores rendimentos); • através do fornecimento direto de determinados bens e serviços, o Estado pode beneficiar, igualmente, camadas mais desfavorecidas da população.
	<p>8.</p> <p>Na resposta é feita a distinção entre impostos diretos e impostos indiretos, sendo referidos, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os impostos diretos incidem diretamente sobre os rendimentos ou sobre o património dos agentes económicos; • os impostos indiretos incidem sobre os bens e serviços transacionados no mercado.
	<p>9.</p> <p>Na resposta é estabelecida a diferença entre os dois tipos de políticas económicas referidos no texto, sendo apresentados, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> •• as políticas conjunturais atuam no curto prazo e pretendem corrigir desequilíbrios que surgem num período curto; •• as políticas estruturais atuam nos médio e longo prazos e pretendem, nomeadamente, criar condições para o crescimento económico.
	<p>10.</p> <p>Na resposta são explicitadas as razões que podem levar à intervenção do Estado na economia, sendo referidos, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> ••a ausência ou a insuficiência de oferta privada (do mercado) de certos bens, nomeadamente, de bens públicos, pode levar o Estado a suprir essa falha; ••a existência de externalidades negativas, ou seja, de efeitos indesejáveis provocados pela produção privada de bens, é outro fator que pode levar à intervenção do Estado; ••a existência de restrições à concorrência – concorrência imperfeita – pode também levar o Estado a intervir no sentido de regular o funcionamento dos mercados.

11.	<p>Na resposta, é explicitada a intervenção do Estado na atividade económica no sentido de contribuir para a correção da «falha de mercado» a que o texto se refere, sendo contemplados, de forma correta1, os seguintes aspetos, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a existência de um mercado de monopólio, como o da água do poço, e a consequente ausência de concorrência no mercado podem contribuir para a fixação de preços elevados, limitadores do acesso à água; • o Estado poderá intervir limitando o preço de venda da água ou favorecendo o aparecimento de outros vendedores (ou, em alternativa, limitando os lucros do monopolista); • a intervenção do Estado far-se-á no sentido de corrigir a imperfeição na concorrência, promovendo desta forma a eficiência do mercado.
12.	<p>Na resposta, é explicitada a evolução do saldo orçamental em Portugal, em 2010, face a 2009, sendo referidos, de forma correta1, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em 2010, as receitas públicas totais aumentaram 7,4%, face a uma diminuição de 5,6% registada em 2009; em contrapartida, no mesmo ano, verificou-se um abrandamento do ritmo de crescimento das despesas públicas totais, tendo-se registado uma taxa de variação de 5,6%, contra o valor de 8,9% registado em 2009; • no ano em causa, apesar de as receitas públicas totais terem crescido a uma taxa de variação superior à das despesas públicas totais, o seu peso no PIB continuou inferior ao das despesas públicas totais, sendo, respetivamente, de 41,5% e de 51,3%, evidenciando assim a manutenção de um défice orçamental elevado, de 9,8%; • o comportamento das receitas públicas totais em 2010, expressa, por um lado, o crescimento de 2,3% registado pelas receitas correntes, face ao decréscimo de 5,7% verificado em 2009, e, por outro lado, o aumento de 273,4% registado pelas receitas de capital, o que contrasta com a diminuição de 0,3% verificada em 2009; • o comportamento das despesas públicas totais em 2010, expressa a variação das despesas de capital, que continuaram a crescer a um ritmo muito acelerado, 45,9%; no mesmo ano, as despesas correntes continuaram a crescer, mas a um ritmo inferior ao registado no ano anterior, 2,1%, contra o valor de 7,7% registado em 2009; • no período em causa, verificou-se uma redução do défice orçamental em percentagem do PIB, quer em Portugal, quer na UE 27; no entanto, o défice português em percentagem do PIB continuou acima do verificado na UE 27, sendo estes, respetivamente, de 9,8% e de 6,6%; • no período em causa, a evolução do défice português em percentagem do PIB acompanhou a tendência verificada na UE 27, embora registando desequilíbrios orçamentais mais significativos.

	<p>Na resposta, é explicitado o papel do Orçamento do Estado como instrumento de intervenção económica e social, sendo referidos, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados relevantes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o Orçamento do Estado, ao explicitar a origem das receitas públicas e a sua aplicação em diferentes áreas, permite identificar as opções económicas e sociais do Estado ao nível da promoção da equidade, eficiência e estabilidade da economia; • o Estado, através do seu Orçamento, poderá intervir na estabilidade da economia; por exemplo, o Estado, ao aumentar os impostos sobre os rendimentos das Famílias, mantendo-se tudo o resto constante, irá provocar uma redução do Rendimento disponível das Famílias, o que poderá ter como efeito uma quebra no Consumo privado, influenciando a atividade económica; • o Estado, através do seu Orçamento, poderá promover a equidade; por exemplo, o Estado, ao aplicar impostos diretos de taxas progressivas sobre os rendimentos das Famílias, mantendo-se tudo o resto constante, irá influenciar a repartição pessoal dos rendimentos.
	<p>Na resposta, é identificada a falha de mercado a que o texto se refere e são explicitadas as razões da intervenção do Estado destinada a ultrapassá-la, sendo mencionados, de forma correta, os seguintes aspetos, ou outros considerados equivalentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o texto refere-se a uma externalidade negativa; • o mercado tem, por vezes, ineficiências; de forma a ultrapassar estas ineficiências, o Estado intervém na economia com vista a promover o aumento da eficiência; • a intervenção do Estado pretende ter em conta os benefícios e/ou os custos ignorados pelos agentes económicos e contribuir para uma afetação mais eficiente dos recursos da economia.
	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • as receitas públicas totais, em termos nominais, diminuíram de 76 934 milhões de euros, em 2011, para 67 794 milhões de euros, em 2012, o que correspondeu a uma taxa de variação anual de –11,9%; • as despesas públicas totais, em termos nominais, decresceram de 84 477 milhões de euros, em 2011, para 78 390 milhões de euros, em 2012, o que correspondeu a uma taxa de variação anual de –7,2%; • o PIB, em termos nominais, diminuiu de 171 065 milhões de euros, em 2011, para 165 409 milhões de euros, em 2012, o que correspondeu a uma taxa de variação anual de –3,3%; • verificou-se um agravamento do défice orçamental, em percentagem do PIB, que é explicado, por um lado, pelo agravamento do défice orçamental, em valor absoluto, decorrente da diminuição do valor das despesas públicas totais ser inferior à redução verificada no valor das receitas públicas totais, e, por outro lado, pela diminuição do valor do PIB; • em Portugal, o défice orçamental, em percentagem do PIB, aumentou, passando de 4,4%, em 2011, para 6,4%, em 2012; esta evolução foi inversa à verificada na Área do Euro a 17 Estados-membros, onde o défice orçamental, em percentagem do PIB, diminuiu, passando de 4,2% para 3,7%.

16.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a impossibilidade de exclusão (são bens não excluíveis) refere-se ao facto de ninguém poder ser impedido de consumir um bem público (pois o seu consumo não pode ser individualizado); • a não rivalidade (são bens não rivais) refere-se ao facto de o consumo do bem público por um agente económico não diminuir a quantidade disponível desse bem para os outros agentes económicos; • devido à não exclusão, não é possível evitar que um comandante faça uso de um serviço pelo qual se recusou a pagar; assim, a iniciativa privada não consegue financiar adequadamente a sua atividade, o que justifica a necessidade da intervenção do Estado no fornecimento dos bens públicos (produzindo e oferecendo esses bens ou financiando a sua oferta).
17.	<p>Falhas de mercado:</p> <ul style="list-style-type: none"> • externalidade OU externalidade negativa; • poder de mercado OU concorrência imperfeita OU uma das estruturas do mercado de concorrência imperfeita.
18.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a falha de mercado implícita no texto é uma externalidade negativa; • a fábrica de aço está a gerar efeitos negativos sobre o bem-estar de outros agentes económicos (ou sobre outras atividades económicas); • a quantidade produzida de aço poderá ser excessivamente alta, pois os produtores, ao não suportarem os custos resultantes do impacto dos seus resíduos noutras atividades económicas (ou na natação e na pesca), terão custos de produção inferiores aos que teriam se suportassem esses custos.

19.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a despesa pública total decresceu, tendo registado uma taxa de variação de - 9,1% (em termos nominais)¹; • a formação bruta de capital (FBC), a remuneração dos empregados e o consumo intermédio foram as componentes que justificaram o decréscimo da despesa pública total; • a FBC, a remuneração dos empregados e o consumo intermédio diminuíram, tendo registado, respetivamente, taxas de variação de - 63,1%, de -16,8% e de - 4,1% (em termos nominais)¹; • o decréscimo (percentual) da FBC e o decréscimo (percentual) da remuneração dos empregados foram superiores ao decréscimo (percentual) da despesa pública total, explicando a diminuição do peso destas componentes na despesa pública total; • o decréscimo (percentual) do consumo intermédio foi inferior ao decréscimo (percentual) da despesa pública total, explicando o aumento do peso desta componente na despesa pública total. <p>¹ A referência «em termos nominais» será exigida apenas uma vez ao longo da resposta.</p>
------------	---

20.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • os impostos diretos incidem sobre os rendimentos (incluindo as fontes de rendimento que recaem sobre o património) dos agentes económicos; os impostos indiretos incidem sobre o consumo de bens e serviços (transacionados no mercado); • os impostos diretos progressivos, ao apresentarem taxas (médias) de imposto mais elevadas para famílias com rendimentos mais elevados, contribuem para a redução das desigualdades na repartição (pessoal) dos rendimentos, promovendo a equidade; • os impostos indiretos podem comprometer a equidade, porque, na aquisição de um dado bem (ou de um bem de consumo essencial), as famílias com maiores rendimentos pagam a mesma taxa de imposto (ou o mesmo montante de imposto) que as famílias com menores rendimentos (ou que apenas recebem o rendimento social de inserção).
------------	--

21.1.	Externalidade Negativa
--------------	------------------------

21.2.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o Estado, ao aplicar o imposto (sobre a gasolina), contribui para o aumento do preço da gasolina (ou para o aumento do custo de utilização do automóvel), fazendo recair sobre o utilizador do automóvel parte dos custos (para a sociedade) associados a essa utilização; • a aplicação do imposto (sobre a gasolina) contribui para a promoção da eficiência, ao provocar uma melhor afetação dos recursos, através da menor utilização do automóvel (ou do menor consumo de gasolina ou do incentivo à utilização do transporte público), reduzindo alguns dos efeitos negativos para a sociedade.
--------------	--

22.	<p>Tópicos de resposta:</p> <ul style="list-style-type: none"> • uma redução dos impostos diretos pagos pelas famílias traduz-se num aumento do seu rendimento disponível (ou do seu poder de compra), considerando-se tudo o resto constante; • esta alteração no rendimento disponível das famílias possibilita o aumento do seu consumo; • o aumento do consumo das famílias incentiva o aumento da produção e, consequentemente, o aumento do produto do país (considerando-se tudo o resto constante) OU dado que o consumo privado é uma das componentes da despesa interna, o aumento desse consumo contribui para o crescimento do produto de um país (considerando-se as restantes componentes da despesa constantes).
-----	--

23.	<p>Tópicos de resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Relação entre o valor da dívida pública e o défice orçamental, referindo que o aumento (do valor) da dívida pública resultou da existência de um défice orçamental. • Razão para a redução da dívida pública em percentagem do PIB, referindo que esta redução resultou de um aumento percentual (do valor) da dívida pública inferior ao aumento percentual (do valor) do PIB. <p>Aspetos a observar em cada parâmetro</p> <p>Leitura de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • redução da dívida pública em percentagem do PIB; • aumento percentual do PIB; • aumento da dívida pública; • aumento percentual da dívida pública. <p>Análise e síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> • relação entre o valor da dívida pública e o défice orçamental; • razão para a redução da dívida pública em percentagem do PIB. <p>Terminologia e comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada dos termos: défice orçamental (ou público), dívida pública, dívida pública em percentagem do PIB e PIB; • clareza do discurso.
-----	---

24.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Justificação da evolução da dívida pública em percentagem do PIB:</p> <ul style="list-style-type: none"> • em Portugal, referindo que o aumento da dívida pública em percentagem do PIB resulta do aumento percentual da dívida pública superior ao aumento percentual do PIB; • na Irlanda, referindo que a redução da dívida pública em percentagem do PIB resulta da redução da dívida pública e do aumento do PIB. <p>Aspetos a observar em cada parâmetro</p> <p>Leitura de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumento da dívida pública em percentagem do PIB, em Portugal; • redução da dívida pública em percentagem do PIB, na Irlanda; • aumento percentual da dívida pública e do PIB, em Portugal; • aumento do PIB, na Irlanda; • redução da dívida pública, na Irlanda.
-----	---

	<p>Análise e síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> • efeito na dívida pública em percentagem do PIB, em Portugal, da relação entre o comportamento da dívida pública e o comportamento do PIB; • efeito na dívida pública em percentagem do PIB, na Irlanda, do comportamento da dívida pública e do comportamento do PIB. <p>Terminologia e comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada dos termos: dívida pública, dívida pública em percentagem do PIB e PIB; • clareza do discurso.
--	---

	<p>25. Tópicos de resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> • Efeito da política monetária na inflação, referindo que a subida das taxas de juro aumenta o custo do crédito, o que reduz o financiamento do consumo das famílias e a inflação. • Efeito da política monetária no desemprego, referindo que o decréscimo do consumo das famílias reduz o produto, contribuindo para o aumento do desemprego (ou para a redução do emprego).
--	---

	<p>26. Tópicos de resposta</p> <p>Explicação dos efeitos do aumento dos impostos diretos no produto de um país, referindo que este aumento:</p> <ul style="list-style-type: none"> • ao reduzir (o rendimento disponível das famílias e) o consumo privado, contribui para a redução do produto desse país; • ao aumentar (as receitas do Estado e) o consumo (ou o investimento) público, contribui para o aumento do produto desse país.
--	---

	<p>27. Tópicos de resposta</p> <p>Explicação da razão que leva a que o serviço de defesa nacional não possa ser comercializado pela iniciativa privada, referindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • a impossibilidade de excluir qualquer indivíduo de consumir esse serviço pelo facto de não o pagar; • a impossibilidade de cobrir (na totalidade) os custos de produção com essa atividade OU a impossibilidade de obter lucro com essa atividade.
--	---

28.	<p>Tópicos de resposta</p> <ul style="list-style-type: none"> •• Explicitação do contributo da ação do Estado para a redução da taxa de risco de pobreza, referindo que: <ul style="list-style-type: none"> – o aumento do rendimento social de inserção (RSI) contribui para o aumento do rendimento das famílias, possibilitando às mais carenciadas a (melhor) satisfação de necessidades básicas (ou a melhoria do seu bem-estar) – medida A; OU – o aumento do abono de família para crianças e jovens contribui para o aumento do rendimento das famílias com filhos, possibilitando-lhes suportarem os encargos (adicionais) com o sustento e com a educação dos seus filhos – medida B. •• Fundamentação, referindo que, sem quaisquer transferências sociais, 43,7% da população estava em risco de pobreza e que, após a ação do Estado, essa percentagem foi reduzida para 17,3% OU referindo que, sem a ação do Estado, a taxa de risco de pobreza foi (muito) superior à registada após a sua ação.
29.	<p>Tópicos de resposta</p> <p>Explicitação do papel do Estado na promoção da equidade em Portugal, referindo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o aumento da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social e o contributo do aumento das prestações sociais para a manutenção da taxa de risco de pobreza após transferências sociais; • o aumento das prestações sociais do Estado e o seu contributo para a redução do valor do indicador S80/S20 (ou para a redução da desigualdade na distribuição/repartição do rendimento). <p>Aspectos a observar em cada parâmetro</p> <p>Leitura de dados:</p> <ul style="list-style-type: none"> • aumento das prestações sociais do Estado; • manutenção da taxa de risco de pobreza após transferências sociais; • aumento da taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social; • redução do indicador S80/S20 ou da desigualdade na distribuição/repartição do rendimento. <p>Análise e síntese:</p> <ul style="list-style-type: none"> • o efeito das prestações sociais na evolução da taxa de risco de pobreza após transferências sociais; • o efeito das prestações sociais na evolução do indicador S80/S20. <p>Terminologia e comunicação:</p> <ul style="list-style-type: none"> • utilização adequada dos termos: prestações sociais, taxa de risco de pobreza antes de qualquer transferência social, taxa de risco de pobreza após transferências sociais e indicador S80/S20 (ou desigualdade na distribuição/repartição do rendimento); • clareza do discurso.

30.

Tópicos de resposta

Explicação da razão pela qual a forte subida dos encargos com os juros da dívida pública poderá limitar a ação do Estado na promoção da equidade, referindo que:

- o agravamento das despesas públicas, resultante do aumento dos encargos com a dívida pública, obrigou o Estado a reduzir o valor de outras despesas públicas;
- o Estado, ao reduzir o valor dos subsídios de desemprego, contribuiu para a diminuição do rendimento (disponível) das famílias (de menores rendimentos), agravando a desigualdade na distribuição/repartição do rendimento (e comprometendo a promoção da equidade).

Obrigado por apoiar este projeto!

Bom estudo!

14 Dias